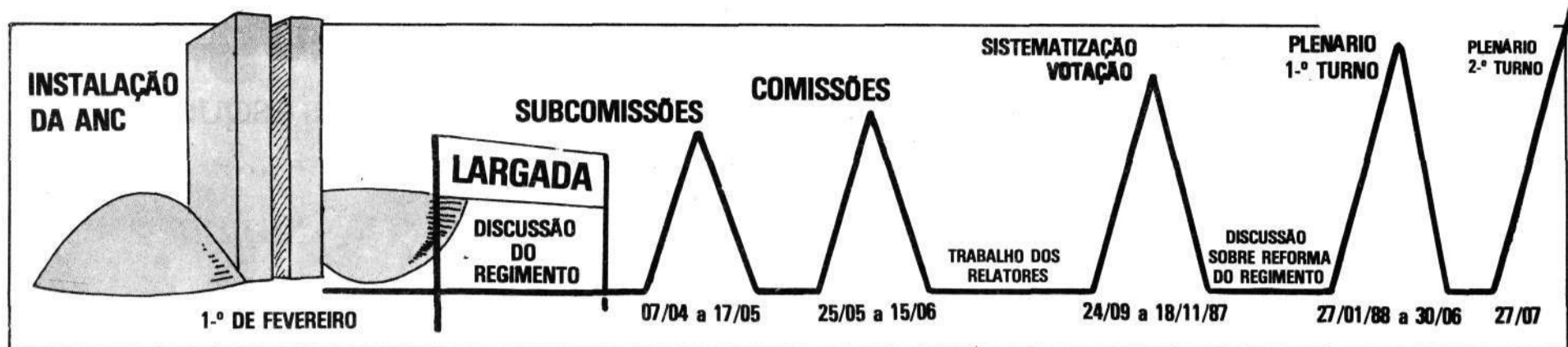


O BIORRITMO DA CONSTITUINTE



Está começando outra fase de pique

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Mesmo com o ritmo acelerado imposto aos trabalhos da Constituinte nas duas últimas semanas, o presidente Ulysses Guimarães anuncia para os próximos dias mais um "esforço concentrado", com promessas de entrar noite adentro com as votações, inclusive aos sábados e domingos. Esta é apenas mais uma fase de pique registrada no gráfico biorrítmico da Assembleia Nacional Constituinte. Desde sua instalação em fevereiro de 87, até aqui, este ritmo de trabalho e produtividade sofreu grandes oscilações, com fases de total desinteresse por parte dos constituintes, e outras de muita agitação e bons resultados.

Ainda meio perdidos em relação ao rumo que seria dado à elaboração do novo texto constitucional, os 559 constituintes se apresentaram eufóricos na solenidade de instalação da Constituinte em fevereiro de 87. Passada esta momentânea euforia, o primeiro vazio aconteceu no período de indefinição anterior à aprovação do regimento interno até o mês de abril.

Terminado o polêmico processo de fixação das regras que pautariam o encaminhamento de todas as etapas de confecção da nova Carta, em abril foram instaladas as 24 subcomissões técnicas. Durante 40 dias os grupos temáticos trabalharam incansavelmente ao longo de 1.109 horas e 467 reuniões. Foi quando se deu a primeira grande discussão da Constituinte. Começava a disputa pelo sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney.

Na fase de funcionamento das Comissões Temáticas — de 25 de maio a 15 de junho de 87 — aconteceu o primeiro impasse provocado por divergências ideológicas entre os integrantes da Comissão que tratava da Família, Educação, Menor e do Idoso. O relatório final sequer chegou a ser votado, ficando a cargo do relator Bernardo Cabral definir o texto em seu anteprojeto.

Enquanto os parlamentares não designados para compor qualquer grupo de trabalho esperavam a hora de entrar em ação, os constituintes membros das comissões temáticas trabalharam duro na análise de 14.920 emendas, 74 anteprojetos, e 32 mil documentos examinados para a redação do relatório final.

Antes mesmo de concluído o trabalho das comissões técnicas, os 93 "notáveis" da Comissão de Sistematização começaram a se reunir no plenário do Senado para discussão e apreciação de eventuais projetos de Decisão. Em meados de junho de 87 o rela-

tor Bernardo Cabral e quatro relatores-adjuntos concentraram todo o trabalho constituinte na tarefa de compatibilizar os 8 relatórios no primeiro anteprojeto de Constituição.

Os demais constituintes mais nada tinham a fazer do que aguardar, em Brasília ou seus estados, o resultado do trabalho dos relatores. Antes de se chegar ao "Projeto A" de Constituição que seria votado pelo plenário da Comissão de Sistematização, foram oferecidos para discussão pelo plenário da Constituinte 5 textos diferentes. Esta foi uma fase de aguda apatia para os constituintes que não estavam envolvidos diretamente no feitiço de tais textos.

Com exceção do relator Bernardo Cabral e os adjuntos José Ignácio de Oliveira (PMDB/ES), Fernando Henrique Cardoso (então PMDB/SP), Wilson Martins (PMDB/MS) e Nelson Jobim (PMDB/RS), a única tarefa dos demais constituintes era elaborar emendas e mais emendas. Com um pacote de 35.111 emendas de plenário e mais 122 emendas populares, o prazo dos relatores por diversas vezes teve de ser ampliado pela Mesa da Constituinte.

A grande expectativa era quanto ao "batismo de fogo" que seria feito com a votação do "Projeto A" pela Comissão de Sistematização. E foi justamente o plenário da Sistematização que revelou os pontos polêmicos que dividiriam os 559 constituintes ao longo do período de confecção da Carta.

Durante quase dois meses, de 24 de setembro a 18 de novembro de 87, foram registrados na Comissão de Sistematização os primeiros grandes momentos da Constituinte. A presença maciça

de lobistas em votações polêmicas como direitos trabalhistas, novo sistema tributário, Parlamentarismo X Presidencialismo, mandato do presidente José Sarney e tantos outros como a Reforma Agrária. Os trabalhos na Sistematização iniciaram num ritmo mais acelerado, caindo no final com a falta de quorum e demoradas negociações envolvendo os temas mais polêmicos.

Como a Sistematização não conseguia concluir a votação do projeto constitucional, o presidente Ulysses Guimarães foi obrigado a estabelecer um prazo limite para a votação de cada título. Isso fez com que os trabalhos fossem agilizados, já que nos prazos fatais fixados pela Mesa, se os destaques de cada título não tivessem sido apreciados, ficavam de fora do texto.

Ao final da votação na Comissão de Sistematização, quando o texto aprovado seria encaminhado à apreciação dos 559 constituintes, aconteceu o grande vazio desta Constituinte. Inconformados com o perfil que se traçava para a nova Carta, constituintes conservadores iniciaram um forte movimento pela reforma do regimento interno da Constituinte.

Depois de uma fase de muito trabalho na Sistematização, no período de 27 de dezembro de 1987 — quando o texto já deveria estar sendo votado pelo plenário — até 27 de janeiro de 88, a Assembleia Nacional Constituinte ficou totalmente paralisada. Com a suspensão dos trabalhos, as discussões se voltaram exclusivamente para as alterações que acabariam sendo aprovadas com o apoio do Centrão.

No momento em que as esquerdas se sentiam de mãos atadas, descrentes diante das novas regras e preocupadas com o atraso

provocado pelo Centrão, o deputado Ricardo Fiúza (PFL/PE) exibiu no plenário cartazes com dizeres como "O Centrão é um milagre de engenharia política, um grupo sem líderes, mas com organização".

Com as novas regras impostas pelo Centrão — 280 votos para manter ou alterar o texto da Sistematização — o início das votações no plenário em 1º Turno foi marcado por longos processos de negociação entre os líderes dos partidos e do Centrão.

Passado o primeiro momento de apatia, a partir de fevereiro de 88 o biorrítmico da Constituinte começa a registrar um grande salto. Nos meses seguintes, até o final do mês de junho, em mais de 100 sessões e cerca de 500 horas de trabalho, os constituintes votaram os 300 artigos do "Projeto A" de Constituição.

Neste período o ritmo era tão intenso, com sessões que começavam às 15 horas e chegavam às 22 horas, que vários constituintes baixaram nos serviços médicos da Câmara e Senado. O mês de março foi especialmente agitado. Sob ataques de todos os lados, principalmente do Palácio do Planalto, os constituintes aprovaram o 1º pacote de benefícios para os trabalhadores.

Neste mês foram definidas a jornada de trabalho semanal de 44 horas, o abono de 33% sobre o salário nominal nas férias, licença-maternidade de 120 dias, 50% a mais na hora extra normal, 13º salário para os aposentados e a licença-paternidade. No dia 25 de março os constituintes aprovaram o presidencialismo e em seguida o mandato de 5 anos para o presidente Sarney.

No final de maio/88 começa o esfalecimento do Centrão, quando a esquerda aprova medidas contra a livre iniciativa. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, chega ao Congresso acompanhado de mais de 2 mil ruralistas e estimula a reaglutinação dos centristas, que derrubam a Reforma Agrária, mas não impedem a aprovação do tabelamento dos juros em 12% ao ano e a anistia fiscal e financeira. Em junho fica pronto o esqueleto da nova Constituição.

A necessidade de terminar logo os trabalhos da Constituinte por causa da proximidade das eleições municipais, faz com que a votação em 2º Turno comece pouco depois do término do 1º Turno. O prazo do relator para elaboração do "Projeto B" foi reduzido e as votações iniciam no dia 25 de julho.

O ponto de partida nesta nova fase foi retomado na parte dos Direitos e Princípios Fundamentais, lentamente.

Evangélicos analisam seus votos

No final da próxima semana, quando a Constituinte estiver em pleno esforço concentrado — provavelmente votando o Título da Ordem Econômica, a atuação e perfil dos parlamentares evangélicos sofrerá uma espécie de radiografia. O II Encontro de Candidatos Políticos e Evangélicos, promovido pelo GEAP — Grupo Evangélico de Ação Política, deverá discutir as constantes denúncias contra representantes de Igrejas que têm trocado votos por rádios e outros benefícios.

O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), que participará do evento, diz que "é honroso, é bem aplicado trocar meu voto por benefícios para a comunidade". Ele é um dos que receberam uma concessão de rádio em Firminópolis (GO), por ter votado a favor dos cinco anos e pelo presidencialismo. Segundo Antônio de Jesus, ele próprio não lucrou em nada com o negócio, já que não é acionista do meio. O beneficiário no caso é a Sociedade Maranata.

As posições de Antônio de Jesus na Constituinte possibilitou-lhe, ainda, levar adiante seu projeto de construir um monumento à Bíblia, em terreno doado pelo GDF. As obras também correm por conta do governo — "esse é um gesto de nobreza de minha parte", diz ao comentar a aprovação de sua idéia. A opinião oposta de quem contesta esse tipo de negociação demonstra uma certa miopia dos evangélicos frente ao conceito de comunidade. Já que para eles o atendimento às necessidades de uma determinada Igreja, justifica o voto contrário a questões mais abrangentes, como reforma agrária, direito de greve ou mandato presidencial.

Os religiosos pretendem, ainda, estabelecer critérios para as campanhas desse ano e da sucessão presidencial. Não se sabe ainda quantos evangélicos disputarão o pleito de 88, mas existem capitais em que eles são mais de 20. Segundo o deputado goiano, o objetivo do II Encontro será traçar estratégias de ação que possam eleger o número máximo de evangélicos. Eles estão em busca da "objetividade".

OS NÚMEROS DO ESFORÇO

Subcomissões	<ul style="list-style-type: none"> • 40 dias de trabalho • 467 reuniões • 1.109 horas trabalhadas • 24 relatórios
Comissões Temáticas	<ul style="list-style-type: none"> • 25 dias de trabalho • 14.920 emendas • 74 anteprojetos • 32 mil documentos examinados • 8 relatórios finais
Comissão de Sistematização	<ul style="list-style-type: none"> • 224 dias de trabalho • 125 reuniões • 263 horas trabalhadas • 35.111 emendas de plenário • 122 emendas populares • 300 artigos votados
Plenário 1º turno	<ul style="list-style-type: none"> • 5 meses de trabalho • 2.045 emendas e 2.277 destaques • Cerca de 500 horas trabalhadas • 235 artigos votados